

Services Publics et Droit Public Économique

Didier Linotte, Raphaël Romi

Ana Roque¹

“Le droit public économique consiste en la mise en oeuvre, par des voies de droit, de la politique économique des personnes administratives. Cette définition a l’avantage de rassembler les trois éléments formels, matériels et organiques propres à l’étude des actes juridiques (...).”

Os autores desta útil obra sobre direito público da economia são bastante conceituados no meio académico de expressão francófona, detendo uma vasta bibliografia, quer individual, quer em conjunto com outros especialistas (incidente, em particular, sobre questões administrativas e constitucionais relevantes no contexto da ligação entre os diversos ramos do direito público que tocam a juridificação da vida da vida económica).

Concebida com evidente preocupação pedagógica, a obra em apreço parte do fornecimento de conceitos e definições basilares para o estudo do tema proposto, sempre entrelaçando o direito económico com o direito administrativo, a partir das noções de intervenção pública e de interesse económico geral.

A estrutura seguida convida o leitor a partir de uma aproximação teórica de carácter geral, onde se inserem questões já clássicas, como sejam a definição de direito público económico e a sua autonomia face a outros ramos da ciência jurídica, mormente ao direito administrativo, a noção de serviço público (de importância e actualidade indiscutíveis, em particular na Europa continental – vejam-se, entre nós, as recentes dificuldades relativas à clara fixação do serviço público de comunicação social) e as fontes e princípios do direito público económico. No entanto, surgem igualmente referências menos divulgadas pela doutrina portuguesa, como é o caso das autoridades administrativas independentes, cujas natureza jurídica e virtualidades regulatórias não têm sido tomadas com grande interesse e profundidade².

¹ Professora Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa.

² Com algumas excepções, no conjunto das quais evidentemente se destaca o Professor Doutor Vital Moreira, atento há vários anos às questões da regulação (e, nessa linha, criador do CEDIPRE, centro de estudos vocacionado para a área jurídica em causa).

Segue-se uma segunda parte virada para o estudo das estruturas de intervenção: do aparelho de Estado propriamente dito (administração pública em sentido estrito), passamos aos estabelecimentos públicos administrativos e às empresas públicas, sem esquecer o movimento das privatizações e o fornecimento de serviços públicos geridos por entes privados.

Por fim, os autores propõem um olhar mais prospectivo, com base no quadro das formas actuais de intervenção pública sobre a economia. Assim, neste contexto são focados temas como a descentralização, a desregulamentação, as preocupações ambientais. Já quanto ao enquadramento público da economia, assiste-se a uma incidência sobre a planificação e a regulação da concorrência e das actividades financeiras e monetárias, sem prejuízo de um último título sobre as ajudas do Estado e as respectivas dificuldades dentro do enquadramento comunitário.

Dito isto, importa ainda sublinhar alguns aspectos que fazem a obra recomendável para docentes universitários e discentes avançados das áreas jurídica e económica: sem negar o prestígio e a vivacidade em regra reconhecidos à produção intelectual anglo-saxónica no domínio das relações entre o direito, o Estado e a economia, não podemos igualmente ignorar o contributo reflexivo avançado pelos teóricos e académicos da Europa continental (em particular, dos franceses, alemães e italianos, tendo em conta a vanguarda que representam em termos das ciências humanas, mormente do direito); em bom rigor, se os horizontes e as perspectivas avançadas por britânicos e norte-americanos são enriquecedoras e muitas vezes seminais, a verdade é que a matriz cultural romano-germânica continua a pesar no modo de encarar o direito, na forma de prescrever/descrever as funções do Estado e a regulação do mercado, bem como de estabelecer as vias de intervenção directa e indirecta entre aquele e a vida económica no seu todo. Por todas estas razões, e pese embora a lógica globalizadora que tende a favorecer a hipervalorização de pensamentos dominantes, as especificidades dos blocos regionais continuam a determinar o interesse da reflexão localizada, como encontramos nesta obra.

Ficha Técnica:

Autor: Didier Linotte, Raphaël Romi

Título: Services Publics et Droit Public Économique

Edição: 4ª Edição, Litec, Paris, 2001